

DOS PCNs À SALA DE AULA: PERCURSO DISCURSIVO
(FROM THE PCNs TO THE CLASSROOM: DISCURSIVE TRAJECTORY)

Yara Góes Monteiro Alexandre PEREIRA (PG – UNESP)

ABSTRACT: Based on the French Discourse Analysis theoretical perspective, this article aims to discuss some aspects of the discourse of the Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa and your dissemination in classroom.

KEYWORDS: discourse; PCN; mother language teaching; ideology.

0. Introdução

Na década de 80 do século XX os estudos lingüísticos avançaram no país propondo mudanças na forma de compreender o processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa formalizado no âmbito escolar. Houve também algumas iniciativas de elaboração de propostas curriculares feitas pelas secretarias de educação pública.

Coincidentemente, nesse mesmo período, o programa de reformas desencadeado pelo neoliberalismo na América Latina expandiu-se a quase todos os países da região e acabou por cristalizar-se a partir da aplicação de um conjunto de reformas orientadas para garantir um rigoroso programa de ajuste econômico, interferindo também nas políticas educacionais.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*, do Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental (1998) “configuram-se como síntese do que foi possível aprender e avançar”, na referida década, “em que a democratização das oportunidades educacionais começa a ser levada em consideração em sua dimensão política, também no que diz respeito aos aspectos intra-escolares” (MEC (1998: 19).

Tal discurso, julgando-se inovador, reproduz o já instituído, pois, historicamente, estratégias ideológicas colocavam-se a serviço da construção de um discurso de identidade nacional que apagava nossas diferenças étnicas e culturais, e, atualmente, os *PCNs*, embora afirmem reconhecer essa diversidade, não atuam no processo da construção de uma identidade nacional além das diferenças.

Trata-se de um documento que é resultado da ação do neoliberalismo como tentativa de modificar o quadro educacional de nosso país; é produto da combinação de uma dupla lógica ao mesmo tempo centralizadora e descentralizadora: *centralização* no planejamento de reformas curriculares a partir das quais se chega a estabelecer os conteúdos básicos de um Currículo Nacional e *descentralização* dos mecanismos de financiamento e gestão do sistema, tais como municipalização do ensino (LDB-EN 9394/96) e o incentivo geral de busca de parcerias com voluntários e empresários (“Amigos da Escola”). Reflete, ainda, as recomendações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional na definição das políticas públicas no setor educacional.

Na perspectiva neoliberal, os sistemas educacionais latino-americanos enfrentam hoje, basicamente, uma crise de *“eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de universalização e de extensão dos serviços oferecidos”* Gentili (1998: 17). Dessa forma, é possível se afirmar que o sistema educacional cresceu quantitativamente sem garantir um conseqüente crescimento qualitativo.

A reestruturação do ensino de Língua Portuguesa visa a encontrar, na voz dos *Parâmetros*, *“formas de garantir, de fato, a aprendizagem da leitura e da escrita”*, uma vez que grande parte do fracasso escolar seja imputada às formas de ensinar dessa disciplina, pois os índices de repetência e/ou o baixo desempenho conseguido por nossos alunos em avaliações internas e externas a nosso país estariam relacionados com a dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e a escrever. Com tal discurso, o documento procura se colocar no nível ideológico da neutralidade, ou seja, no da cientificidade. Para isso, os *PCNs – Língua Portuguesa* servem-se de uma interdiscursividade para construir seus conceitos fundados em concepções teóricas relativamente recentes e inovadoras como a Psicologia da Aprendizagem, a Psicolinguística, a Psicologia Cultural, a Sociolinguística, a Pragmática, a Teoria da Comunicação, a Gramática Textual, a Semiótica e a Análise do Discurso. São as vozes que legitimam a nova proposta curricular, ao mesmo tempo em que é silenciado o lugar dos conflitos teóricos dessa heterogeneidade discursiva e com destinação a um também heterogêneo público de educadores.

Para este artigo, foi escolhido como recorte o exame de vozes presentes no discurso dos *PCNs – Língua Portuguesa*, as presentes no Plano de Ensino de uma escola estadual da região de Ourinhos e as presentes em alguns fragmentos no efetivo resultado em sala de aula, por meio das anotações dos alunos.

1. Perspectiva Teórica

A Análise do Discurso tem se revelado como um instrumento inovador para a análise de textos, do mesmo modo que, como uma disciplina da Linguística, pretende ser um padrão diferenciado na compreensão dos fenômenos da língua.

O exercício desse instrumental de análise nos fornece a capacidade de reconstruir uma ordem de sentidos, organizando-os e leva em conta os processos de interação no contexto social no qual os sujeitos se inserem. O deslocamento teórico engendrado por essa teoria é capaz de produzir um percurso diferente no que se refere à postura frente ao ensino de língua materna. É uma postura crítica, pois incorpora à situação de ensino considerações sobre o lugar social ocupado pelo sujeito.

“O discurso materializa formas de vida numa sociedade: entendê-lo, nas circunstâncias mais diversas, significa compreender o que somos, isto é, conhecer um pouco sobre aquele que o produz ou sobre o que é objeto dessa produção; significa também, compreender como nos conduzimos na sociedade e como a percebemos” Mari (2000: 17).

Uma dentre as teorias que embasam os PCNs – *Língua Portuguesa* é a concepção enunciativa de língua proposta por Bakhtin. Nessa teoria a língua é viva, produzida na história e, ao mesmo tempo, produtora da história dos homens.

“A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados. (...) cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” Bakhtin (1979: 279).

Essa concepção é oposta àquela que circula usualmente nas salas de aula de Língua Portuguesa. As correntes mais difundidas são as de língua como código ou como sistema.

2. A prática em sala de aula

Na prática de sala de aula, leitura e escrita são vistas como habilidades distintas e seu ensino se dá de forma dicotômica.

Na escola escolhida para ilustrar este artigo, em seu Plano de Ensino do componente curricular Língua Portuguesa, elaborado por um grupo constituído por três professores, há referência às habilidades a serem desenvolvidas ao longo do Ensino Fundamental (5ª à 8ª série):

“O aluno deverá ter habilidade de ler, levantar dados em sua leitura, checar informações, interpretar, analisar, julgar, comparar, inferir através das atividades propostas. Também utilizar a linguagem escrita como elemento de apoio para registro ou reforço da fala.”. (grifos nossos)

Quanto à efetivação do desenvolvimento dessas habilidades, ao serem observadas as aulas ministradas por dois dos professores da escola (6ª A e 6ª B), por um período de noventa dias, sessenta e uma aulas por classe, verificou-se que 73% do tempo foi destinado a aulas de gramática, como se o conhecimento metalingüístico pudesse garantir, por si mesmo o domínio das diversas possibilidades de uso da linguagem nas diferentes situações em que é produzida, o que evidenciou um afastamento do objetivo proposto pelo grupo:

“O objetivo principal de língua portuguesa é o domínio da escrita e fala. Não basta saber falar e escrever; é preciso dominar a linguagem para participar da vida do bairro, da cidade e do país, pois pelo seu uso, escolhendo as palavras certas para cada tipo de discurso, as pessoas se comunicam, trocam opiniões, têm acesso a informações, protestam e fazem cultura. Em outras palavras, tornam-se cidadãos”. (sic)

O grupo se contradiz desde a formulação dos objetivos. O que se observa na difusão da prática de ensino já relatada é a manutenção e a valorização do ensino de aspectos descritivos da língua em detrimento do uso.

Uma das atividades da pesquisa realizada na escola consistiu na aplicação de um questionário em que uma das perguntas era sobre os documentos utilizados para a

elaboração do Plano de Ensino de Língua Portuguesa. Embora todos os três professores tenham respondido que utilizam os PCNs, eles só aparecem no discurso da carta de intenções, como cópia ou citação. Na prática de sala de aula o discurso reproduzido continua sendo o velho e antigo ensino da gramática normativa. Há a presença da concepção moderna de que o texto deva ser a unidade básica de ensino. No entanto, essa concepção parece não ter contribuído para uma mudança significativa das práticas, pois o texto tornou-se pretexto para as aulas de gramática.

“ *“Cheguei, chegaste. Vinhas fatigada.
E triste, e triste e fatigado eu vinha.” (Olavo Bilac)*
Na passagem acima, qual a função sintática exercida pelos termos fatigada e triste e triste e fatigado?”

Quanto à voz do professor, essa sim é de uma “neutralidade” evidente. As manifestações se dão no máximo com a reprodução de uma oração de devoção, demonstrando um discurso consciente de cooptação para a esfera religiosa, porém no que se refere ao ensino, a voz do livro didático domina a situação. Não há sequer uma seleção temática do que é levado para a sala de aula. Os textos utilizados não cumprem com a função transformadora ou de libertação de consciências para a formação do verdadeiro cidadão. Também não há preocupação com o conteúdo ideológico que os textos possam veicular. Professores e alunos não se tomam leitores críticos, nem sujeitos de suas ações.

3. Uma análise possível

A pesquisa que se encontra como fonte deste artigo pretende comprovar que existe uma defasagem temporal no entendimento dos PCNs – *Língua Portuguesa* dificultando a transformação do ensino. Trata-se de uma resignificação de termos e de uma ideologia subjacente aos documentos que não são percebidas, pois estão camufladas em um discurso intencional.

Quando os modos de vida e de pensamento se transformam, quando novas formas sociais entram em cena, categorias lingüísticas são criadas e outras destruídas ou resignificadas. As palavras assumem importância quando se trata de adequar o pensamento.

A linguagem transforma-se constantemente: as sociedades rejeitam ou valorizam termos, palavras, expressões, num mecanismo de seleção permeado por uma ideologia.

Há a necessidade de se estar alerta para muitos termos considerados inovadores e denunciar que integram uma retórica que revela apenas parte da realidade. Ao mesmo tempo em que se “denuncia” a naturalização do projeto neoliberal, é importante lembrar que ele não é imposto à sociedade arbitrariamente. A realidade é nomeada a partir dos imperativos do pensamento, da cultura dominante, ou seja, assimila-se o “léxico neoliberal” colocando limites às possibilidades de transformação social. É fundamental compreender como esse discurso é incorporado e assimilado como verdade.

Para que o projeto neoliberal fosse introduzido, novas categorias lingüísticas foram criadas, antigas ganharam novos sentidos e outras foram simplesmente silenciadas.

Examinando-se os PCNs – *Língua Portuguesa*, parte-se da hipótese de que as reformas no campo de ensino de Língua Portuguesa não se concretizam em sala de aula porque as redes de ensino e os programas de formação continuada e de capacitação de professores não são suficientemente críticos para traduzir contextualmente os discursos; e que, quando isso ocorre, há uma defasagem temporal, ou seja, quando se começa a compreender e/ou a aplicar um documento este já está saturado e há outra intervenção política que elabora e impõe nova forma de atuação.

Na aplicação do questionário já citado, os professores também responderam que consideram a linguagem dos PCNs “*um pouco complicada*”, ou seja, a teoria não parece ser compreendida. Os conceitos e idéias apresentados no documento são bastante complexos e exigem conhecimentos que não estão, em geral, à disposição dos professores em seus cursos de graduação.

Para analisar as questões de linguagem, faz-se necessário levar em conta as condições de produção dos discursos, entender o comportamento dos sujeitos e o quadro referencial que os determina, engajando-se no processo para melhor perceber o que se quer diante da realidade sociocultural e educacional.

Como se processa essa formação ideológica a partir de documentos oficiais (PCNs) e como é veiculada pode ser um caminho para comprovar que os problemas com relação ao ensino de língua materna ocorrem por problemas discursivos.

4. Considerações Finais

Sintetizando as considerações acima, é possível afirmar que o discurso dos *Parâmetros* tem a preocupação de produzir efeitos de sentido para serem colocados a serviço de propósitos distantes da real situação educacional brasileira, em que professores e alunos são excluídos como sujeitos do discurso pedagógico. As verdadeiras causas do fracasso escolar, das péssimas condições de ensino são silenciadas.

O discurso desse documento oficial serve a interesses específicos que é o da aprovação em massa e pretende gerar certos efeitos políticos que é o de cumprir compromissos assumidos internacionalmente.

Sua linguagem tida como “*confusa / incompreensível / difícil / complicada*” na visão de muitos professores parece também intencional, pois quem não sabe não pode cobrar e/ou reprovar alunos. A academia temporariamente obrigada produz e divulgar textos intermediários, materiais didáticos para que o trabalho com língua materna tenha sucesso, em todos os graus de escolarização.

Perceber a diferença de sentido de alguns termos presentes nos PCNs talvez pudesse fazer com que muitos setores da sociedade recuperassem a memória e retomassem a verdadeira luta por que necessita passar este país, uma luta que fosse capaz de proporcionar mais recursos para os marginalizados da qualidade de vida e de educação.

RESUMO: Com base na perspectiva teórica da análise do discurso francesa, este artigo tem por objetivo discutir alguns aspectos do discurso veiculado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, bem como sua disseminação em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; PCN; ensino de língua materna; ideologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

CARDOSO, Sílvia Helena B. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARI, H. “Análise do discurso e ensino: a importância de se repensar o trabalho com a língua”. In: MARI, H. (Org.) *Categorias e práticas de análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE-UFMG, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais* (terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental) – Língua Portuguesa. Brasília: 1998.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÉCHEUX, M. *Analyse Automatique du Discours*. Paris: Dunod, 1969.

ROJO, Roxane (Org.) *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000.